

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAIA
Setor de Doc. e História Regional
CAMPINA GRANDE - PB.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

BACHARELADO EM HISTÓRIA

M O N O G R A F I A

A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO EM LAGOA SECA: O CASO DA
CONCEIÇÃO (1970-1985)

Evanildo Barbosa da Silva

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1 9 9 0

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
BACHARELADO EM HISTÓRIA

Monografia que apresenta à Banca
Examinadora composta por Fábio
Gutemberg R. B. de Souza (Orientador),
Maria da Guia S. Gareis e
Gervácio Batista Aranha.

EVANILDO BARBOSA DA SILVA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1990/2



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meu contentamento por estar junto a tanta gente carinhosa que tem feito parte nos últimos anos do nosso círculo de amizade. Sabemos que ainda somos muito poucos, mas mesmo assim, prosseguimos sonhando e, desse sonho, extraímos o alimento para a vida.

Agradeço aos meus pais pela força, aos trabalhadores rurais Ascendino e Paizinho, à Cida, Sonia, Corrinha, Gervácio pela atenção, ao grande Luciano Mendonça, Manoel Roberval, a Walter pela poesia, à outra poeta Cassandrinha, a toda turminha do período 85.1, a Gil pelas trocas de idéias, à Marilda, ao Raimundo Cajã, à Guia Gareis, à jovem Luciene Ventura e a tantos outros.

Quero agradecer ainda, de forma especial, ao jovem companheiro Orientador Fábio Gutemberg.

Campina Grande, 1991

Evanildo B. Silva

"... o espaço não é aquilo que se pensava, uma base neutra, um quadro passivo, um cenário inocente, mas sim a memória, o próprio terreno, o interesse das práticas sociais".

In: LACOSTIE, Ives., La Géographie ça sert d'abord, à faire la guerre, PARIS, François Maspero, 1976, pg. 186.

S U M Á R I O

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO.....	01
I. LAGOA SECA, UM MUNICÍPIO FÉRTIL?.....	04
II. CONCEIÇÃO: TERRA DE FLAGELADO E DE DOUTOR....	17
III. CONCLUSÃO: REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO... E CON <u>FLITOS SILENCIOSOS</u>	35
BIBLIOGRAFIA.....	53

INTRODUÇÃO

Este estudo sobre a Reestruturação do Espaço em La goa Seca: O Caso da Conceição - 1970 - 1985, foi resultado da convivência de nossa equipe de assessoria sindical rural com os trabalhadores da oposição sindical do município de La goa Seca, numa relação que foi e está sendo vivida em função das atividades educacionais que lá desenvolvemos.

Trata-se do ajuntamento de algumas inquietações coletivas sobre parte da história fundiária do município que aqui trabalhamos e, (que se) pretende ^{mos} aprofundá-las em um ou tro estágio, onde o leque de questionamentos teórico-metodológicos sejam melhor e bem mais refletidos e explicitados.

Realizamos e vivemos momentos valiosos na campanha de trabalhadores rurais, de professores e de amigos es tudantes. Momentos que vão desde o surgimento dos primeiros questionamentos à produção do projeto na disciplina Métodos, Técnicas e Pesquisa em História II. Além disso, realizamos coleta de material em várias instituições (IBGE, INCRA, UNI VERSIDADE, PREFEITURAS, JORNAIS e outros).

Houve ainda, ²⁰¹⁵ um momento muito especial ^S que foi: o da realização das entrevistas, de onde colhemos as informações necessárias ao estudo realizado e, o momento do debate acadêmico junto ao orientador e aos amigos mais próximos. Es se momento se caracterizou como sendo "a hora da onça beber água". Aliás, água bastante saudável para quem vai com sede ao pote.

Por fim, o momento da produção. De "pôr os pés no chão" e organizar as idéias que foram assim arrumadas:

- 1) Investimos em um primeiro momento na exposição do problema em estudo, resgatando hipóteses, in quietações e preocupações. Desta forma, situa mos no município de Lagoa Seca suas caracterís ticas principais e, fundamentalmente, sua estru tura fundiária;
- 2) Resgatamos a História da Conceição, a partir das duas ^{VERSÕES} visões apresentadas (sobre a história). Neste sentido, os depoimentos foram prã nós os termômetros das inquietações e a poesia "san gue, suor e lágrimas" o quebra-gêlo. Trabalha mos nesse momento, o conceito de espaço ^{LE FICHAOS} com al guns comentários que ^{TIVERAM} considerou como base a rea lidade em estudo;
- 3) Por último, juntamos os principais elementos mo tivadores da Reestruturação do Espaço em Lagoa Seca - de forma particular sobre a Conceição - e,

finalmente, apresentamos os resultados a que
chegamos em função dos números coletados na
pesquisa, a partir de nossas preocupações aca
dêmicas e políticas.

I. LAGOA SECA, UM MUNICÍPIO FÉRTIL?

Muitas têm sido as questões que envolvem a proble
mática agrária no País e muitos são os estudos em torno de
la, o que nos alerta para a importância que tal temática tem
hoje, haja vista que parte de nossa história está ligada di
retamente à terra. São 4.840.000 famílias sem terra, enquant
o os cem maiores latifúndios do País somam, sozinhos, trinta
milhões de hectares.^{1/}

Na Paraíba, as relações agrárias estabelecidas em
proporções aproximadas à situação nacional, têm colocado no
presente, um quadro que acaba refletindo uma situação de viol
ência e perseguição contra os trabalhadores rurais. Por out
ro lado, o êxodo rural, o inchamento de cidades de maior port
o do Estado, a latifundiarização e a pecuarização^{2/}, denunci
am o caráter de um tipo de relação que se constrói no camp
o e que altera essencialmente a vida da maioria dos trabal
hadores da agricultura paraibana, empobrecendo-os à medida
em que o processo de reestruturação do espaço se reverte em
mais ganhos e privilégios para aqueles que são os donos das
maiores extensões de terras em nosso Estado.

É uma realidade bastante comum para muitos que têm se esforçado no sentido de reverter esse quadro. Mas, por ^{Lagoa} outro, é uma realidade fértil para a intervenção estatal que, justifica e fortalece sua ação política através dos "pacotes sociais", cujos discursos apresentam um caráter solucionador. Na verdade, poucos são os resultados práticos que ^{podem} possam mudar positivamente a vida dos homens e mulheres que perderam e estão perdendo suas terras.

As conseqüências advindas do modelo de agricultura que se constituiu nas últimas três décadas, tem colocado em discussão a reestruturação do espaço. Nossa intenção, é resgatar esta temática em um estudo de caso no município de Lagoa Seca - Paraíba, que é o locus de nossa pesquisa.

Neste sentido, achamos conveniente iniciarmos esse estudo conhecendo algumas (~~das~~) características de Lagoa Seca.

O Município de Lagoa Seca fica na microrregião do Agreste Paraibano, onde é marcante a pequena produção. Parada obrigatória de tropeiros, Lagoa Seca tornou-se povoado e depois passou a Distrito de Paz, em meados deste século, e em 04 de Janeiro de 1964 foi desmembrada do município de Campina Grande.^{3/}

Sua população é de 18.939 habitantes, sendo 15.080 residentes na zona rural e, 3.859 na zona urbana. A divisão populacional é a seguinte: sexo masculino corresponde a 9.672 pessoas, e sexo feminino a 9.627.^{4/}

Mal redigido
por sexo

O município de Lagoa Seca possui uma área de 133 km² abrigando uma densidade (demográfica) de 142,40 habitantes por km². Limita-se com os municípios de Montadas e São Sebastião de Lagoa de Roça, ao Norte; ao Sul com os municípios de Massaranduba e Campina Grande; Alagoa Nova ao Leste e ao Oeste com Puxinanã.

A produção agrícola do município é representada pelas culturas do feijão, mandioca, tomate, batata-inglesa, etc. Como podemos observar, o quadro adiante caracteriza Lagoa Seca como sendo um forte produtor do ramo:

Principais Produtos Agrícolas Lagoa Seca	Área Colhida (ha)	Produção Agrícola		
		Quantidade (t)	V a l o r	
			Absoluto Cr\$ 1.000	Relativo (%)
TOTAL	3.386	64.647	100%
Feijão	1.732	345	24.150	37,4%
Mandioca	1.500	11.358	22.716	35,1%
Banana ⁽¹⁾	90	108	9.504	14,7%
Tomate	15	339	5.085	7,9%
Batata-Inglesa	49	152	3.192	4,9%

(1) Quantidade em 1.000 cachos - Fonte: IBGE, Censo Agropecuário. 1980.

No ramo da horticultura, destaca-se como principal produtora no Estado de alface, coentro, pimentão e o chuchú, juntamente com suas regiões limítrofes, ou seja, Alagoa Nova, São Sebastião de Lagoa de Roça e Montadas.^{5/}

*Dados
sobre o
Princ.
AL*

A memória popular registra na História de Lagoa Seca, em forma de depoimento (dos mais velhos) ou em poesia, a presença de alguns dos principais produtos que hoje ainda se destacam na agricultura local:

"Dinheiro não era tanto
Mas produziam o quanto
Daria para o sustento:
Milho, Feijão, Mandioca,
Bolo, angû, tapioca,
Tinham em todo momento".

(Terra, Suor e Lágrimas, Walter O.Sobrinho).

Por conseguinte, Lagoa Seca aparece como o principal município abastecedor da CEASA de Campina Grande, pelos produtos que pode exportar como as hortícolas, o feijão, a mandioca e o frango para o abate. Assim, Lagoa Seca mantém um forte intercâmbio comercial com Campina Grande (dada a proximidade geográfica - 08 km) principalmente no ramo dos serviços.

Apesar do destaque que Lagoa Seca tem enquanto município abastecedor de outros mercados, constatamos que houve um decréscimo, nos últimos anos, da produção daqueles que são os seus principais produtos, o que nos coloca a necessidade de compreender na história agrária do município, o que representa essa queda na produção agrícola, quando a região em que se localiza é tida como prioritária no Estado para os programas governamentais, voltados para a agricultura.^{6/} O que ocorre, na verdade, é uma substituição das unidades productoras (sítios e roçados) pelas granjas que nem sempre pro

?
316810
PRINCI-
PAL

duzem para a comercialização como nos mostra, abaixo, o de
poimento de um pequeno agricultor:

"Depois que os granjeiros vão se apo-
derando ficam s^o cultivando pé-de
-árvore e alguma fruteirazinha, mas
aquele que é o alimento popular, de
primeira qualidade, esse acabou
-se... S^o produz pr^a consumo da ca
sa, pr^a comércio não".

INTERESSANTE

^A
Essa mudança, observada acima, tem como consequên-
cia a queda na produção dos alimentos de primeira necessida-
de e está ligada à reestruturação do espaço rural, espelhan-
do uma faceta da situação agrária do município, que o poe
ta resumiu em (seus) versos sobre parte ^{da} dessa história de La
goa Seca, quando cantou:

"Esta terra que produz
Pão e vinho fê e luz,
Riqueza e prosperidade...
Hoje a vejo em seu trajeto
Transformada em objeto
Da fome e perversidade".
(Terra, Suor e Lágrimas. Walter O. Sobrinho).

Revela-se então, uma situação passada, uma histó
ria que, hoje, expressa uma estrutura fundiária diferente,
nova e cheia de conflitos e interesses. Essa estrutura fun
diária, bastante particular, caracteriza, por um lado, um ti
po de economia baseada na pequena produção e, por outro, a
organização da população rural em torno da produção familiar.

Tal estrutura fundiária, baseada na pequena produção vem, ao longo dos tempos, resistindo às mudanças empreendidas na agricultura, e, ao mesmo tempo, se recriando frente aos interesses dos programas governamentais, como veremos mais adiante.

Nos últimos quinze anos, Lagoa Seca sofreu mudanças significativas na sua estrutura fundiária, principalmente na faixa fundiária de menos de 10 ha, pois baixou de 3.641 estabelecimentos em 1970, para 2.628 em 1985^{7/}, diminuindo sumariamente, ao mesmo tempo, o número de hectares que passou de 8.509 em 1970 para 6.207 em 1985. (Dados do IBGE, Censos de 1970, 1975, 1980 e 1985).

Por outro lado, a faixa fundiária de 100 a 1.000 hectares, apresentou um crescimento considerável em sua área à medida em que passou de três estabelecimentos em 1970 para quatro em 1980, reorganizando fundamentalmente, sua porção em hectares que correspondia a apenas 474 ha em 1970, alcançou 975 ha em 1975 e se estabeleceu em 720 no ano de 1985, incorporando 246 novos hectares, ainda segundo o IBGE.

Quanto aos estabelecimentos intermediários, ou seja, os de 10 a 100 hectares, houve um acréscimo de mais dez propriedades, ao mesmo tempo em que sua área sofreu uma incorporação de apenas 47 novos hectares, o que não representa grandes alterações no quadro geral da estruturação fundiária do município.

Se refletirmos, portanto, sobre o que nos dizem os números, constataremos que, durante um período de quinze anos, houve uma subdivisão expressiva das pequenas propriedades que vem colocando em cheque não só um tipo de organização produtiva - baseada na produção familiar -^{8/} como também contribuindo essencialmente para o crescente empobrecimento destes pequenos produtores, à medida em que são obrigados, diante do endividamento bancário, associado ao crédito agrícola, a trilhar por caminhos que os levarão ao assalariamento ou ao futuro incerto e complexo das pontas-de-ruas.

x Cabe-nos também perguntar, quais os principais motivos que acabam por reorientar a lógica espacial da estrutura fundiária de Lagoa Seca e a quais interesses tem servido. Assim, se faz necessário resgatar de forma breve, como a agricultura no Brasil se comportou nos últimos 25 anos.

7 Sabemos que uma estrutura agrária concentradora e arcaica para o modelo de desenvolvimento brasileiro que se preconizava até meados deste século, já não mais podia se furtrar às reformas e às mudanças pelas quais o movimento sindical brasileiro lutava. As reformas de base tão desejadas por uma parcela significativa da sociedade brasileira via cair por terra seu projeto em função da ação reacionária do Golpe Militar de 1964, de forma que, para a agricultura, foi desenvolvida uma política cuja característica mais forte foi a penetração do capital no campo de forma mais planejada e sintonizada aos outros setores da economia nacional.

(As consequências dessa) ^{ESSA} política (no setor agrícola)

ocasionou nas regiões do País [?] o que se chama de "modernização conservadora" ou "dolorosa", onde uma de suas principais características era a presença do latifúndio na nova realidade agrária brasileira. Por outro lado, como estratégia para se atingir os objetivos da "modernização" no setor agrícola brasileiro, foram arquitetados os chamados "programas sociais" que, entre outros objetivos, traziam em suas intenções uma carga de "pacotes tecnológicos" voltados para o incremento, tecnificação e modernização da economia agrícola.

Em Lagoa Seca e no Brejo Paraibano como um todo, alguns desses pacotes governamentais foram experimentados e ainda hoje estão em validade. Porém, se por um lado ocorreram algumas mudanças no uso, no trato e na posse da terra, ocasionando como consequências, uma diferenciação entre os próprios pequenos produtores em favor daqueles que usufruiram da tecnologia, de crédito e se estabeleceram na produção de culturas para a comercialização, por outro lado, os que não acompanharam tal processo de modernização da agricultura ficaram com o ônus maior da mudança, sendo obrigados a recriarem e reorganizarem, ao seu modo, a forma de produzir e de se relacionar com um mercado já estabelecido.

*Certo 155
se deu?*

Muitas foram as perdas para estes últimos trabalhadores da pequena produção. No entanto, foi resguardada a sua lógica e sua visão de agricultura. O "Grande Projeto Nacional da Agricultura Moderna" não se estabeleceu completamente em Lagoa Seca e nem transformou a realidade agrária do município segundo a versão da "modernização conservadora"

que em outras realidades imprimiu mudanças bruscas, tipo la tifundiarização, pecuarização, etc., em detrimento da produção de subsistência. O que se deu foi uma diferenciação entre os pequenos produtores, permanecendo a característica minifundista do município e não o latifúndio. Por outro lado, o decréscimo da produção de subsistência deveu-se ao privilégio atribuído às culturas comerciais (batatinha por exemplo) e a presença das granjas em lugar de alguns sítios e roçados que foram tragados pelo endividamento bancário, de forma que, as granjas não são unidades produtoras como ~~es~~ eram os sítios e roçados.

Isto não quer dizer que Lagoa Seca ficou imune das investidas do grande capital e das consequências da intervenção dos "Programas Sociais" governamentais. Como já falamos, muitas foram as perdas de uma parcela da população rural. O que queremos alertar é que o processo de intervenção "modernizante" da economia agrícola não obteve os mesmos resultados que em outras regiões (zona litorânea ^{do estado} com a cana-de-açúcar, por exemplo).

Seria incomum (por exemplo) usar o termo latifundiarização para fazer menção à reestruturação do espaço em Lagoa Seca. Mas, outros fatores peculiares à pequena produção foram responsáveis pela mudança na posse e no uso das terras, como veremos.

Nos últimos quinze anos, (por exemplo), observamos um surgimento intenso de granjas e mini-granjas que, normal

mente se transformam em empresas rurais.^{9/} Este fato ajuda a compreender, inicialmente, como se estrutura o processo de incorporação das pequenas propriedades com menos de dez hectares por aquelas que se situam na faixa fundiária de dez a cem e de cem a mil hectares, cujos números já foram apresentados.

Por outro lado, no Brejo Paraibano, depois da implantação dos "Programas Sociais" (POLONORDESTE, por exemplo, de 1977), o que se verifica é uma venda e divisão, por parte dos pequenos proprietários, de suas terras para saldarem dívidas bancárias, haja vista que, para acompanhar a especialização/modernização das culturas mais comerciais, era necessário fazer uso do crédito agrícola acompanhado de toda uma lógica financeira complexa para o homem do campo que nem sempre cumpria as exigências da burocracia bancária como afirma Freitas:

"... para ter acesso ao crédito, o pequeno produtor se submetia às regras burocráticas a nível de banco... Na realidade, esses aspectos apresentaram-se como limites para boa parte dos pequenos produtores que não possuíam regularização de posse, não tiveram carta de anuência ou não se dispuseram a se submeter a essa longa via crucis. Em consequência dessa ação, tivemos o privilegiamento, de um lado, da assistência técnica a culturas tidas como 'nobres'... e a ascensão de uma camada de pequenos produtores

diferenciados e especializados nes
sas culturas voltadas para o mercado
do interno".^{9/}

Há também, um tipo de subdivisão das pequenas propr
 iedades - que se configura em menor proporção - que é a
 partilha das terras por herança, já que é comum o aumento do
 número de filhos e netos nas famílias camponesas.^{10/}

Porém, procuraremos trabalhar com apenas um aspecto
 da reestruturação do espaço no município de Lagoa Seca,
 que é o Projeto de Urbanização/Loteamento de uma parte signi
 ficativa de terras que, nos últimos quinze anos, estavam
 incorporadas à produção de subsistência de mais de uma centena
 de famílias de pequenos produtores das terras da Conceição
 ção.

É a tentativa de resgatar uma parte da história
 agrária do município de Lagoa Seca a partir do comércio de
 terras estimulado pela especulação imobiliária que, conseque
 nentemente, gera a urbanização do município.

Como nos diz o poeta...

"O ódio e a avareza :
 Sem dar luz à defesa
 Acendem seu estopim...
 Como escreveu Camões:
 Que as armas e os barões
 Trariam um triste fim".
 (Terra, Suor e Lágrimas. Walter O. Sobrinho).

NOTAS

- 1/ Sinopse de dados sócio-econômicos do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Junho de 1989.
- 2/ Ver Maria Gytana Lyra,, O Homem ou o Boi, Mestrado Sociologia Rural, UFPB, Campina Grande, 1986 e Tese do Congresso de Formação da CUT Regional de Campina Grande, 1990.
- 3/ IBGE, Nova Série de Monografias Municipais, Rio de Janeiro, 1984.
- 4/ Dados fornecidos pelo IBGE, 1980.
- 5/ Freitas, Geovani Jacô. "O Estado só Ajuda a Quem... já tem Alguma Coisa". Campina Grande, 1987, mimeo, pp. 3.
- 6/ Sobre essa problemática é importante consultar material já citado na nota de rodapé anterior.
- 7/ Esta subtração representa uma queda de 1.013 estabelecimentos, isto é, 27,8% em 15 anos.
- 8/ Ver Freitas, Geovani Jacô de. A tecnologia agropecuária moderna e sua influência na unidade de produção camponesa: um estudo no Brejo Paraibano - Projeto de Pesquisa - Mestrado de Sociologia Rural, UFPB, "Campus" II 1989, Mimeo. CAVALCANTI, Josefa Salete B. A Preservação do Campesinato na Área do Brejo Paraibano: A Lógica Interna de Reprodução das Pequenas Unidades Agrícolas e a Inter

venção dos Programas Governamentais de Desenvolvimento. In: Cadernos de Difusão de Tecnologia, V. I, Jan. Abr. EMBRAPA, Brasília, 1984.

- 9/ Um tipo de estabelecimento agropecuário que situa-se na unidade de produção de caráter minifundista e que é melhor tecnificada, irrigada e assistida tecnicamente, cuja produção se caracteriza pelo nível de racionalização produtiva, pois, esta tem sua produção voltada para abastecer o mercado interno da região.
- 10/ Freitas, Geovani Jacó de. op. cit. A tecnologia agropecuária. op. cit. pp. 36 e 37.
- 11/ Ainda não há um estudo mais aprofundado e pesquisado sobre tal afirmação. O que há como base, são as afirmações por parte dos trabalhadores do município de que essa é mais uma forma de subdivisão das terras.

II. CONCEIÇÃO: TERRA DE FLAGELADO E DE DOUTOR

"Vai interar quinze anos, agora no final desse mês de novembro que foi começado esse conflito. Aqui foram oito anos de confusão... nós reagimos sem briga e sem questão... fazia reunião aqui, em Campina no Sindicato, o advogado vinha aqui muitas vezes, mas, o rico vai pegando o pobre pela fraqueza e dentro dessa fraqueza aí foi dispersando essa organização..."

(Depoimento de um posseiro).

"Sem teto, sem lar, sem rumo,
Sem equilíbrio, sem prumo,
Alimentando a ilusão,
Aqueles injustiçados
Resta saírem calados
Das terras da Conceição".

(Terra, Suor e Lágrimas. Walter O. Sobrinho)

No ano de 1975, um conflito conhecido como "Conflito da Conceição", veio mudar a história agrária de Lagoa Seca, dando-lhe uma nova característica em função das consequências deixadas para cada trabalhador rural envolvido neste conflito e também pela função que foi dada às terras que antes eram trabalhadas por cento e vinte e cinco famílias que moravam na Conceição.

Por se tratar de interesses conflitantes, em torno de uma mesma área, é natural que a história seja contada segundo a memória e os interesses de cada parte envolvida, ou seja, segundo a função que a terra tem para quem vive do ramo da especulação imobiliária e para quem a utiliza para a agricultura. Trataremos, portanto, colocando como cada um se manifesta em suas leituras:

"... comprou uma fazenda, dessa fazenda ele desmembrou numa cidade... e desdobrou em vários loteamentos... e além disso fez um investimento de arborização com 25 mil mudas de árvores a partir do Alto Branco até Lagoa Sêca... Deu onze loteamentos de uma fazenda e ele fêz uma cidade. Essa cidade, hoje todo mundo reza prá filmar ela e tudo...".
(Depoimento de um Corretor Imobiliário).

"... cortando, derrubando laranjeiras, derrubando bananeiras, derrubando mandioca, derrubando tudo quando a máquina passava. Era uma coisa mimosa aqui. Derrubou laran

IDEIA PIDE
EM ESTE
MÁS CADA

jeira fazendo rodagem".

(Depoimento de um posseiro da Con
ceição).

Conceição era uma propriedade que se estendia da BR 104, na altura do Km 118, até a EMBRAPA de Lagoa Seca, formando um triângulo até as "Onze Cruzes", próximo ao atual Bairro das Nações, em Campina Grande. O "ferro de engomar" como é conhecido o triângulo que formava a propriedade da Conceição, pertencia ao Sr. Manoel Azevedo, que era o (grande) senhor da propriedade.

A vida na Conceição, girava em torno da agricultura, onde cento e vinte e cinco famílias de posseiros se estabeleciam plantando mandioca, feijão, batata, milho, outras culturas e, principalmente, cana-de-açúcar, já que nela também existia um engenho conhecido como Engenho da Conceição.

"De lá até chegar aqui tudo era propriedade da Conceição. Era uma propriedade só. Tudo aí detraz era Conceição, o Bairro das Nações e tudo era terra de agricultura... porque a produção antes, como nós sabemos muito bem. era a mandioca, a cana-de-açúcar e outros tipos de plantio e frutas também". (Depoimento de um Posseiro).

"Isso aqui era um açude, isso era só mato... a gente andava de cavalo. Era uma casinha aqui, uma casinha tal, casa de morador, era uma fazenda". (Depoimento de um Corretor Imobiliário)

Com a morte de seu proprietário ocorre a partilha das terras entre os filhos que imediatamente, vendem-na a um outro terceiro, caracterizando uma situação de desespero para os posseiros que há mais de trinta anos estavam na terra. O novo proprietário pouco tempo ficou com a propriedade, fazendo uma nova venda, desta vez a um renomado empresário imobiliário da região.

O município de Lagoa Seca, por sua proximidade de Campina Grande, por seu clima e por sua beleza natural, sempre foi alvo da especulação imobiliária. Desta vez, a presa tratava-se da Fazenda Conceição que se estendia além dos limites entre o município de Lagoa Seca e Campina Grande, adentrando em extensão ao Bairro da Palmeira.

Como forma de pressionar a saída dos posseiros da propriedade para que o registro legal das terras fosse iniciado, logo foi arquitetado um projeto para a região que visava transformar as terras da Conceição numa cidade. Como coloca Rodriguez, "normalmente, o especulador agrega determinada área do espaço... antecipando-se a mudanças na estrutura... que irão acontecer e que, depois de certo período, proporcionarão mais margem de lucros"^{1/}, e essa era a intenção que se apresentava no projeto: antecipação do registro legal, desocupação das terras, limpeza e loteamento da área e, por fim, exposição e venda do projeto, à medida em que benefícios iam sendo feitos no processo corrente de urbanização da área, como por exemplo, a implantação de água, luz, telefone, estradas, etc.

"... dessa fazenda ele desmembrou nu ma cidade... e desdobrou em vários loteamentos... isso aqui só não tem esgoto mas, uma arborização vo de ve saber que uma arborização numa infra-estrutura é a primeira. Não é só telefone, água, luz...". (Depo im en ta me nto de um Corretor Imobiliário).

"... foram aumentando as granjas e foi se valorizando. A valorização dessas terras foi a estrada, a BR...". (Depoimento de um Posseiro).

Porém, não foi um processo que se deu sem confl i tos pois, a maior parte dos posseiros tinha mais de trinta anos de luta e trabalho acumulado lá dentro. As raízes e a memória ocupavam a mesma profundidade na história coletiva do povo da Conceição.

IDEIA
À MUITO
CLARA

Foi dado início a uma estratégia de expulsão dos trabalhadores da área. No primeiro momento, não se tratava de uma retirada forçada com o aparato da violência policial, tratava-se, pois, de uma estratégia que chamava os trabalhad o res à negociação, ao entendimento e à indenização.

"Ele não falava em nada. Só falava que queria o terreno. Depois, co me ço dando micharia a um, micharia a outro, o povo se assombrou po r qu ê nesse tempo ele era Deputado, pa s

sou prã deputado e o povo assombrou se porquẽ deputado era o Governo e aĩ, 'vamos sair'. Haja o povo dando os terrenos. Tem gente aqui que saũu por cinquenta mil rẽis, cinquenta contos naquela ẽpoca...". (Depoimento do Posseiro).

"Essa indenizaçãõ, era por exemplo, um posseiro desse ocupava uma área de quatro a seis hectares, por lei era prã ser metade do posseiro e metade do proprietário e, com a uniãõ deles dois, ele pagaria o que o posseiro queria e depois acertava e derrubava a casa". (Depoimento do Corretor Imobiliário).

Isto ocorria ao mesmo tempo em que os trabalhadores recorriam às entidades de classe (o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca e a FETAG - Federaçãõ dos Trabalhadores na Agricultura) e às instituições legais que tratassem o problema via Poder Judiciário. Quanto ao STR de Lagoa Seca nenhuma ajuda foi prestada pois "podemos dizer que esse Sindicato daqui em nada se envolveu nesse caso... achava que os meninos não tinham direitos, que o Sindicato não tinha possibilidades de lutar - era o deputado na ẽpoca - então ele tirou o corpo fora".^{2/}

Era urgente para o proprietário das terras que a desocupaçãõ ocorresse e, em funçãõ dessa necessidade, os interesses cada vez mais entravam em choque. Os primeiros sinais da ameaça policial aos trabalhadores se apresentavam,

principalmente àqueles posseiros que mais se manifestavam contrários à desocupação, como nos revela um trabalhador: "o sargento... de Lagoa Seca me deu um ataque aqui dentro tão grande que se eu fosse nervoso tinha morrido do coração". A situação foi se complicando, até que a atitude do proprietário foi mandar passar nas terras duas máquinas, derrubando os casebres dos posseiros e os benefícios que estes haviam acumulado ao longo dos anos.

"Teve deles que não quiseram sair, deu confusão, deu problema... O proprietário deu todos os direitos dele e ele não quis sair, naquele tempo o povo era tudo metido a braço, ele então mandou passar a máquina por cima da casa". (Depoimento de um Corretor Imobiliário).

"Foi desmantelo, acabou com todo trecho aqui dentro. Acabou muito mesmo... Passando as máquinas, duas máquinas: uma de esteira e um trator". (Depoimento de um Posseiro).

Enquanto que para os posseiros essa situação colocava desafios de vida, para as empresas imobiliárias (um total de três, sendo elas NOVACAMP, CAMPEL e ÁGUA FLORESTAL) na pessoa de seu proprietário, o desafio era o comércio das terras. Eram 125 hectares que se estendiam nos limites do município de Lagoa Seca, "tendo sido comprados pelo valor de quatrocentos mil cruzeiros e, logo após vendidos apenas 1% de sua área por Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) fi

cando o restante da área, ou seja, 99% totalmente grátis", segundo depoimento do corretor imobiliário. Assim se constata como o fenômeno do mercado de terras, sejam elas urbana ou rural, tem caracterizado uma situação social bastante precária para os trabalhadores rurais como já observamos. Por outro lado, a terra não é um bem que se reproduz, que se fabrica, portanto, por natureza é algo limitado. O homem não pode extrair do seu trabalho a "mercadoria terra", portanto, ela não é fruto do trabalho humano como são os produtos que dela são extraídos. A terra não tem um valor porque nela não há o trabalho socialmente necessário para lhe incorporar tal valor, porque não é um bem que se reproduz e não é um resultado da ação humana. Porém, lhe foi incorporado um preço, e esse preço não é a expressão monetária do valor. Mas, ao mesmo tempo, a terra é uma mercadoria quando economicamente estabelece-se uma relação com o mecanismo da compra e da venda onde "o capital financeiro se apropria do espaço e nem sempre é o valor real do espaço o que está em jogo. O que ocorre, neste caso, é uma 'valorização' baseada na posse de instrumentos jurídicos de propriedade".^{3/}

Este então, era o motivo fundamental do conflito, pois um obtinha a posse das terras pela via dos instrumentos jurídicos legais, pela compra material e outros pela relação histórica mantida com as terras, pelo valor do uso e sua importância enquanto instrumento de sobrevivência e não de propriedade unicamente.

"... aí mandou me chamar. Eu fui e falei prá ele: 'Doutor eu vim pagar

o foro daquele terreno do senhor, do terreno que eu ocupo lá'. Ele perguntou: 'você é...? ... Eu não preciso daquilo lá não, aquilo não vale nada prá mim'. Eu disse: 'eu compro o terreno, não vale nada mas, eu compro prá mim'. Ele pensou e disse: 'aquilo é prá homem de gravata, não é prá flagelado não". (Depoimento do Posseiro).

"... os moradores todos eles foram indenizados para que prosseguisse o registro dos loteamentos... Ainda existe um posseiro que está com problema porque não quis aceitar nenhuma proposta". (Depoimento do Corretor Imobiliário).

Efetivada a expulsão da grande maioria dos posseiros, foi dado início ao projeto de ocupação do espaço que antes tinha uma função principalmente produtiva, ligada diretamente ao universo do pequeno agricultor de subsistência, ao perímetro rural, à lógica do campo em lugar da lógica de ocupação urbana, transformando as terras da Conceição numa grande cidade, cujo perfil dos lotes variam, hoje, entre lugares para construir casas, granjas, chácaras, bosques, áreas comerciais, cemitérios, vias e canteiros em mão-dupla e até camping club.

"A ganância do dinheiro
Pelo lucro financeiro,
Da hora para o momento,
Juntou-se à especulação,

Transformando aquele chão
Num grande loteamento.

(Sangue, Suor e Lágrimas. Walter O. Sobrinho).

Esse quadro traçado pelo poeta, veio revelar-nos como a reestruturação do espaço em parte do município de Lagoa Seca, especialmente para a área da Conceição, estava sintonizado com o projeto de urbanização: a distribuição das terras no esquema imobiliário obedecia a uma hierarquia que vai de loteamentos populares até a áreas consideradas como nobres. Por outro lado, três avenidas principais entrecortam os lotes ligando-os entre si.

Passado o momento de enfrentamento mais direto entre trabalhadores rurais e o dono das terras, onde a maioria dos posseiros já havia se retirado da Conceição, restando sõ alguns poucos que insistiam na luta pela permanência na terra, o que veio se estabelecer na nova realidade da área, foi uma verdadeira mudança nas suas características, onde o movimento de carros, técnicos e máquinas agredia a paisagem e o dia-a-dia do município para uns e, para outros, tratavava-se do progresso chegando à cidade. Portanto, tornava-se necessário aprontar os terrenos para proceder-se a venda dos lotes:

"Primeiramente, foi um lançamento. Não existia em Campina Grande loteamentos... foi um sucesso, foi um estouro de vendas. Dava uma entrada e vinte e quatro meses, sem juros e sem correção". (Depoimento de um Corretor Imobiliário).

"Este terreno meu aqui, que eu tomo conta, cabia quatro rodagens, foi marcado prá quatro rodagens, danaram a máquina, com pouco plantaram pau, agoaram, um caminhão agoando prá baixo, prá cima, e, eu digo: 'no meu não planta nenhum pau e se plantar eu arranco". (Depoimento de um Posseiro).

O projeto imobiliário era organizado em quatro planos assim distribuídos: Cidade Juracy Palhano I, Cidade Juracy Palhano II, Cidade Juracy Palhano III e Estação de Outono Monserrante. Este último destinava-se a construção de chácaras com dois mil e quinhentos metros quadrados, cada uma ocupando uma área total de cinquenta por cinquenta metros. Tratava-se de uma quadra dividida para seis chácaras, num total de 850 chácaras com todas as avenidas arborizadas em mão-dupla.

Mas, a força do plano empresarial estava mesmo na construção de granjas e mini-granjas, cuja extensão é acima de 10 mil metros quadrados cada uma. Ao passar pela BR 104, é fácil identificar as granjas pois, normalmente, são mansões muito bem arquitetadas, iluminadas e com fruteiras enfeitando a paisagem, além de muros altos delimitando sua extensão. É o projeto que mais caracteriza a área como sendo perímetro urbano, não só pelas suas características como também pela sua utilidade, pois não se trata de uma moradia simplesmente, porquê há toda uma infra-estrutura organizada com água, luz, telefone e outros serviços.

Por outro lado, essas mesmas granjas e mini-granjas se colocam num determinado espaço e convivem ao mesmo tempo com situações diferentes à medida em que para o Poder Judiciário elas são imóveis urbanos e é por isso que pagam o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - e, por outro lado, tem cumprido uma função para a maioria de seus proprietários que não poderíamos classificá-la como "moradia urbana" já que elas são apenas visitadas por estes nos finais-de-semana ou em outras ocasiões de caráter festivo, mesmo existindo toda uma infra-estrutura que as caracterizam como sendo perímetro urbano.

Essa dicotomia observada com relação ao uso e função das granjas nos fornece alguns elementos que se incorporam à temática central, que é a reestruturação do espaço e a quais interesses tem servido tal reestruturação. É uma reflexão que podemos fazer a partir do conceito de espaço pois, no caso das granjas, há pelo menos duas ou mais funções explicitadas pelas pessoas representativas de dois grupos sociais, diferentes e conflitantes entre si, que se posicionaram assim:

"Mudou tudo, porquê aí com as granjas já mudou o sistema de viver. Tem granja aí que eles varrem até o terreno. Não fica uma folha no chão. Não interessa nada de futuro, de matéria orgânica na terra. As granjas servem prá eles se habitarem ali dentro, passar um fim de semana, uns moram nos feriados e pronto... é re

pouso do fim de semana, feriado, uma festa de São João, só é prá isso". (Depoimento de um Posseiro que ain da mora na área).

"É IPTU, é registrada como proprieda de urbana. Toda essa área juridica mente é urbana. Não tem mais INCRA aqui nesse negócio não... Quando é loteada não pode ser mais INCRA. O posseiro não sabe o que é uma área loteada. Ele tá com a área como uma granja, pois a área lá é loteada. Ele pensa que a área dele é um sí tio. Então, ele tá vivendo numa área que ele monta a vida dele como se estivesse em um sítio e, juridica mente, ele está numa área urbana, numa cidade". (Depoimento do Corre tor Imobiliário).

Pelo que observamos, há um conflito embutido nas diferentes concepções quanto às granjas e sua função, pois, um mesmo espaço é utilizado para sítio e para granjas o que significa dizer que é uma área rural e urbana ao mesmo tem po.

Essa situação continua gerando conflitos entre as pessoas que resistiram e continuam na terra e, àquelas que compraram os lotes e construíram as granjas, pois ambos sen tem-se agredidos à medida em que são obrigados a conviverem em vizinhança e com cultura e costumes diferenciados. Os posseiros da área reclamam, por exemplo, que não podem mais

transitar livremente pelas veredas, pois os carros dos granjeiros podem provocar um acidente.

Aí está uma realidade que não pode passar despercebida na reestruturação do espaço ou na discussão sobre o espaço. Não seria suficiente, para nós, tratarmos do Conflito da Conceição na tentativa de darmos conta da reestruturação do espaço apenas segundo a "natureza da formação econômica social" ou da "produção capitalista do espaço" como propõe-nos alguns autores. É fundamental também, resgatarmos o elemento cultural, os costumes e a memória de cada grupo social envolvido no conflito ou contribuindo para que ele ainda ocorra hoje de forma mais surda, silenciosa, subterrânea...

Para os granjeiros, não é só comprar as granjas em função da acumulação do capital. Existe a especulação financeira, sabemos disso. Mas, é também o lazer, pois esta tem sido a principal função das granjas que, por sua vez, faz com que os posseiros sintam-se agredidos, pois eles não aceitam como é que se ocupa uma área fértil e produtiva para servir apenas de lazer ou moradia.

Da mesma forma poderíamos colocar para os posseiros ou as pessoas que têm um pedaço de terra e que se caracterizam em suas relações cotidianas como sendo pequeno produtor. Não se trata só do valor de uso, da relação histórica com a terra. Está evidenciada também a simbologia da propriedade privada pois, quando estes foram ameaçados de serem postos pra fora da Fazenda e, conseqüentemente, perderem o espa

ço prá trabalhar, ou seja, a terra, eles reagiram e lutaram com a mesma determinação que fêz o proprietário da área.

ESPAÇO *MEMÓRIA* Assim, espaço também é memória e está ligado diretamente ao uso e a função que lhe é incorporado e à História que se construiu nele. A reestruturação do espaço na área da Conceição não é conflito passado, pois a memória, a cultura, os costumes e os interesses materiais em jogo são a história que se vive no presente.

LIMITES *DA* *LÓGICA* Neste sentido, a lógica capitalista não é maior que os homens, nem torna-lhes escravos obrigatoriamente. O Projeto de Urbanização da Conceição não se implantou segundo a capitalização do espaço sem encontrar desafios. Os posseiros representam o entrave para a especulação imobiliária, não só do ponto de vista material, ou seja, não só porquê estavam nas terras, mas também porque além de estarem nas terras haviam constituído uma História, uma vida, uma cultura de vários costumes que hoje são responsáveis pela permanência da luta, do conflito, do conflito da Conceição em seu momento surdo, sem Polícia...

Mesmo com todas as agressões sofridas durante o momento crucial da luta, os posseiros tentaram, de várias formas, permanecer nas terras, fazendo reuniões entre si e procurando a Justiça para interceder no caso, através dos advogados da FETAG, que funcionou como mediadora no conflito. Hoje, os posseiros que conseguiram ficar na terra, ainda mantêm relação com a FETAG, inclusive sendo obrigados a pagarem

o foro na sede, em João Pessoa.

Quanto às terras da Conceição, o que lá existe no momento é uma estrutura urbana bem arquitetada com projetos imobiliários distribuídos em torno do Bairro das Nações; das granjas e mini-granjas; casas tipo populares e chácaras.

"Tem camarada que não deixa a mora dia da chácara pela cidade. Agora, só quem mora em chácara é quem tem condições, tem dois carros... Tem gente lá que alugou suas man sões na cidade e foi morar lá. Você chega lá é o maior paraíso do mun do". (Depoimento do Corretor Imobi liário).

"... eu vou e mostro: lá tem casa construída, tem rua construída que foi feita com dinheiro da Caixa, de Banco, casa que se o senhor visse é uma casa não é um rancho não, já tá caindo os pedaços. Agora a Caixa passou a mão e tá botando em lei lã. Lá tem casa entregue às bara tas". (Depoimento do Posseiro).

Isso tudo ocorre, ao mesmo tempo em que uma cente na de famílias foi deslocada, obrigatoriamente, para outros lugares para dar lugar aos prédios, às casas e às ruas. O que se sabe é que o Conflito da Conceição ainda está muito presente e doloroso na vida daqueles que tiveram suas casas derrubadas, pois muitos deles ainda hoje têm medo de falar sobre a História da Conceição. Como diz o poeta...

"Hoje muitos perambulam
Os antros podres pululam
Dos filhos da Conceição.
Voltar p'rãlfi ninguém sonha...
Não voltam, mas com vergonha
De tanta humilhação".

(Terra, Suor e Lágrimas. Walter O. Sobrinho).

NOTAS

- 1/ Rodriguez, Janete Linz. Acumulação de capital e produção de espaço: o caso da Grande João Pessoa, João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1990, pp. 89.
- 2/ Depoimento de um trabalhador do município que acompanhou a luta dos posseiros da Conceição.
- 3/ Moraes, Antonio. C. R. op. cit. pp. 141.

III. CONCLUSÃO - REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO... E CONFLITOS SI LENCIOSOS

Para tratarmos da reestruturação do espaço no município de Lagoa Seca, investimos, como colocamos na introdução, em algumas inquietações que surgiram em nossas atividades educacionais com os trabalhadores rurais da pequena produção no referido município.

Nós entendemos que muitos são os elementos motivadores da reestruturação do espaço, mas é a partir das últimas duas décadas, especialmente após a implantação dos "Programas Sociais", na agricultura local, que muitas mudanças ocorreram na estrutura fundiária de Lagoa Seca. Tais programas ofereciam várias "benesses" para a produção agrícola, "benesses" que se distribuíam entre a introdução de novas técnicas de plantio e o oferecimento do crédito agrícola e outros incentivos.

Como consequência dessa política agrícola, a partir dos resultados apresentados negativamente para boa parte

la dos pequenos proprietários, o que veio ocorrer ao longo dos anos, foi uma mudança no perfil agrário do município, ou seja, a subdivisão das pequenas propriedades.

Esta subdivisão deveu-se a dois fatores importantes que se constituíram nos problemas mais facilmente visíveis pelos trabalhadores: 1) a partir da intervenção dos programas governamentais ocorreu uma diferenciação entre os próprios pequenos produtores, pois muitos deles conseguiram acompanhar a lógica traçada nos programas rumo à modernização, tecnificação e especialização da produção em torno de uma cultura que fosse mais comercializada e que contava com a ajuda do crédito agrícola, da assistência técnica e de vários outros incentivos; 2) Por outro lado, o mesmo processo não ocorreu da mesma forma com parcela dos agricultores. Ao contrário dos primeiros acima relatados, estes últimos trabalhadores tiveram seus problemas e prejuízos financeiros aumentados em função do não acompanhamento da lógica dos programas, já que estes estabeleciam uma metodologia própria para o cultivo dos produtos, visando a difusão dos "pacotes tecnológicos" que vão de encontro, muitas vezes, aos costumes do pequeno produtor produzir e também em função do crédito agrícola que foi o responsável pelo endividamento bancário da maioria deles, que via obrigada a se desfazer de uma parte de seus pequenos pedaços de sítios.

Para termos idéia da mudança ocorrida no perfil agrário de Lagoa Seca, especialmente nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, onde se encontram os pequenos pro

prietários, houve uma diminuição, em quinze anos, de 1.013 estabelecimentos que foram incorporados em outras faixas agrárias.^{1/} Por outro lado, nesse mesmo período o percentual dos estabelecimentos agropecuários nessa mesma faixa agrária aumentou de 90,5% em 1970, para 94,7% em 1985 o que nos indica que, mesmo tendo sido diminuídos 1.013 estabelecimentos, continuou a aumentar a divisão dos estabelecimentos dentro da faixa dos dez hectares, ou seja, o processo de subdivisão das pequenas propriedades foi intensificado nas últimas décadas.

Tal subdivisão fica mais nítida quando observamos no quadro da situação fundiária de Lagoa Seca (Quadro 1) que na faixa agrária de menos de 10 hectares, em 1970, o número era de 8.509 hectares e, em 1985, passou para 6.207 ha, baixando o seu percentual no conjunto total de 73,8% para 65,2% hectares. Quanto às outras duas faixas agrárias o percentual demonstra um crescimento o que nos leva a crer que isso deve-se à incorporação já citada.

Esse fenômeno da subdivisão fez aumentar o número de granjas e empresas rurais - estas últimas adequam-se mais ao padrão de unidade de produção estabelecido pelos "Programas Sociais", haja vista que são melhores tecnificadas, irrigadas e assistidas, além do mais sua produção é racionalizada pelo e em função do mercado interno regional. Segundo o INCRA (Quadro 2), em Lagoa Seca existiam 1.905 unidades de produção agrícola no ano de 1989, sendo 90,5% destas caracterizadas como minifúndio, onde as granjas estão inseridas. As

EMPRESAS
RURAIS

empresas rurais representam 2,05% apenas.^{2/}

Então, o que ocorreu em Lagoa Seca nas últimas duas décadas? Ocorreu uma reestruturação no espaço rural que substituiu os sítios que produziam alimentos para seus moradores, pelas granjas que, como nos relatou um posseiro... "são servem prá eles habitarem lá dentro... é repouso do fim de semana, uma Festa de São João... mas aquele que é o alimento popular, de primeira qualidade, esse acabou-se".

Esse tem sido o caráter das granjas no município de Lagoa Seca: uma espécie de paraíso urbano na zona rural em finais de semana ou em períodos de festas e repouso. Essa característica se estabelece em função do uso que é dado às granjas e também pelo fato de nas 1.898 propriedades existentes, em 20,6% delas, os seus respectivos donos não residem em Lagoa Seca. Não é por coincidência que o tipo de propriedade classificada como minifúndio (onde se encontram as granjas), representam perante os 20,6% total, uma cifra de 18,2%. Portanto, a maioria dos proprietários das granjas e mini-granjas de Lagoa Seca não reside nem nas granjas, nem no município, como nos sugere o Quadro 3 demonstrativo do número de proprietários de terras.

A subdivisão das pequenas propriedades de Lagoa Seca provoca um fato interessante em sua estrutura fundiária, pois concorre para que sejam incorporadas novas porções de terras às faixas de 10 a 100 e de 100 a 1.000 hectares, ao mesmo tempo em que ocorre uma subdivisão na faixa de menos

de 10 hectares, o que exclui a possibilidade de caracterizar mos tal processo de reestruturação do espaço como sendo em função de uma latifundiarização. Ao contrário, o que ocorre é um fortalecimento da unidade de produção minifundista.

FORTA
RECIPRO
107

Por outro lado, não se trata de uma reestruturação do espaço em vistas à pecuarização como ocorre em outras regiões do Estado. São mudanças que ocorrem transformando áreas rurais em lotes urbanos que por sua vez estão associados ao processo de substituição dos sítios por granjas e mini-granjas.

O ponto culminante do processo de reestruturação do espaço em Lagoa Seca, cuja característica mais marcante é a transformação de áreas rurais em loteamento urbano, é o projeto imobiliário cidade Juracy Palhano, já que este é responsável, em cerca de quinze anos, pela utilização de 186,3 hectares de terras que antes eram terras produtivas. São quatro projetos de urbanização da área da Conceição que, como já vimos, estão distribuídos entre construção de casas, chácaras, granjas e mini-granjas e outros, e inclusive estruturados para funcionar como uma cidade: com cemitérios, avenidas, clubes e áreas comerciais, como observaremos no Quadro 4.

O Projeto Imobiliário "Cidade Juracy Palhano" não só foi responsável pela expulsão de cento e vinte e cinco famílias, como também pela transformação de parte do perímetro rural produtivo de Lagoa Seca em malha urbana. Foram 186,3

hectares dos 239,2 transformados em lotes urbanos, o que representa sozinho, em apenas dez anos, as cifras de 77,8%.

Especulação Podemos ainda associar ao processo de reestruturação do espaço no município de Lagoa Seca, alguns fatores peculiares ao fenômeno, como por exemplo, o que representa tal reestruturação em termos lucrativos para quem nela se estabelece. O "ferro de engomar" como são também chamadas as terras da Conceição foi comprado pelo valor de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), e, vendido logo após (apenas um por cento de sua área), por seiscentos mil cruzeiros na época, o que rendeu ao seu proprietário 99% da área completamente de graça, além da supervalorização advinda da instalação pública dos serviços tipo água, energia, estradas, telefone, etc., o que acaba por caracterizar a "intervenção estatal no meio urbano... como sendo... um instrumento complexo destinado a remover obstáculos reais ou possíveis, à completa socialização do espaço urbano, bem como um instrumento de controle político, capaz de gerar aumentos de poder para as classes dominantes".^{3/}

A prática da especulação imobiliária ou da "caça" aos espaços geográficos tem mercantilizado cada vez mais a estrutura fundiária dos municípios, quer seja o perímetro rural ou urbano. Na malha urbana, fica cada vez mais difícil para a grande maioria da população possuir um terreno para construir uma casa. Enquanto que, por outro lado, uma minoria é responsável pela posse jurídica de grande parcela dos lotes urbanos.

No caso de Lagoa Seca, a mercantilização das terras que está vinculada ao processo de reestruturação do espaço, fez surgir estabelecimentos imobiliários (as granjas) que, por serem loteados, são juridicamente considerados como urbano, mas geograficamente encontram-se no perímetro rural. Do mesmo modo, por serem considerados urbanos e por terem estrutura de residência urbana, mas situarem-se na zona rural, como já mostramos anteriormente, estão sujeitos a se estabelecerem num tipo de relação que é em sua grande maioria rural, ou seja, passam a ser no uso e na função uma "casa de campo".

Ora, isso nos propõe uma discussão que gira em torno do que representa o espaço, ou de como o espaço toma outras feições mediante um processo de reestruturação, de mudanças. Como esse mesmo espaço pode ou não ser um produto só da intervenção do capital e, portanto, estar em função do modo de produção em que ele encontra-se inserido historicamente. Ou ainda, ser produto só do tipo de relação que se construiu nele, da história, dos costumes e da memória que foram vividas e, portanto, o espaço como sendo um produto também do elemento cultural de quem nele vive.

Ou ainda, como o espaço pode ser produto dessa simbiose de valores, ora apresentando-se mais fortemente como resultado de interesses puramente econômicos e/ou de uso, de subsistência, de reprodução dos costumes e preservação da memória.

Essa reflexão é bem presente em Lagoa Seca à medi

QUESTÃO
NEM
SEMPRE
EXCLU-
DENTES

da em que, as granjas que lá são construídas detêm um registro urbano e pagam IPTU como qualquer imóvel urbano e, portanto, o espaço se estrutura e se reproduz segundo uma lógica urbana. Porém, não em sua totalidade, pois a forma como estão sendo utilizadas e como têm se relacionado dentro de um espaço que, historicamente, é rural, não nos permite classificá-las nem como urbana e nem como rural em sua totalidade. Há uma convivência de valores, que não é pacífica por estarem ligados às origens culturais diferentes dos homens que lá habitam. Portanto, são interesses diferentes que estão em jogo num mesmo espaço.

No caso da área da Conceição, podemos relativizar ainda mais os conceitos de espaço e de urbanização ou ruralização. Não podemos associar o conceito de espaço só à reprodução do capital ou à especulação imobiliária, nem também podemos associá-lo só ao valor de uso, só a função da produção de subsistência ou restringi-lo ao elemento cultural, escamoteando por completo dos posseiros a noção de propriedade privada. Estes são valores que se circulam e se antagonizam, revitalizando subterraneamente o Conflito da Conceição que, como nos dizem as partes envolvidas...

"... essa questão aqui ainda não tá decidida, porquê de uma vez que ainda pago o foro em cartório e tudo mais, ainda não chegou a se concretizar. Eles de vez em quando ainda dão uma catucada". (Depoimento do Posseiro).

"Existe ainda um posseiro que está com problema porquê não quiz aceitar nenhuma proposta. Ainda hoje isso está na Justiça, ele está querendo cobrar por pé-de-árvore plantado que não foi ele quem plantou, foi a natureza quem colocou..." (Depoimento do Corretor Imobiliário).

A F. P. H. A. C. A. / Question / vel

Assim, os conceitos de espaço e de urbanização precisam ser melhor trabalhados, haja vista que a bibliografia atual lhes conferiu um caráter que o aproxima apenas da lógica da produção capitalista, restringindo seu uso ligado somente ao modo de produção ou à especulação imobiliária. Esse exercício é considerado aqui como um questionamento para ser aprofundado posteriormente.

Sabemos que no Brasil, a complexidade existente no conjunto das demandas políticas e sociais de caráter urbano, têm uma ligação histórica com o tipo de política urbana traçada e o nível de inserção do Estado nesse planejamento urbano, porém, o que nos parece mais contraditório é a presença do especulador imobiliário ou o "comerciante de terras" nessa política de urbanização. Essa situação é típica da história que já foi apresentada sobre o conflito da Conceição, no município de Lagoa Seca.

Os Governos por sua vez, não têm conseguido imunizar, nem sequer priorizam como desafio administrativo, a problemática urbana que cada vez mais tem colocado o País numa

desorganização grave no que diz respeito à fixação do homem num espaço mínimo necessário à sua sobrevivência. A explosão urbana que se evidencia tem suas bases no agravamento da concentração fundiária e no decréscimo da produção alimentar, empurrando os trabalhadores da zona rural para as grandes cidades, de forma que "o próprio crescimento da urbanização, enquanto fase visível do processo geral de valorização, torna-se para o capital mercantil, um objeto e meio de acumulação e investimento".^{4/}

Por outro lado, a articulação em torno do capital financeiro faz com que o comércio de terras ocupe os espaços mais lucrativos e faça surgir uma grande variedade de sujeitos ativos que se diferenciam entre si pela ousadia e inovação nos projetos imobiliários que atraem boa parcela da classe média alta em seus investimentos.

Tal articulação não se apresenta de forma natural, pois o comércio das terras mais cobiçadas ocorre normalmente em detrimento de outros sujeitos, renovando ao mesmo tempo a violência contra o homem e a natureza - separando-os cada vez mais - e estabelecendo historicamente a reestruturação nos espaços. Nesse jogo, quase invisível, o dinheiro se sobrepõe ao homem e à natureza, para dar vez à especulação imobiliária e aos projetos cinematográficos de urbanização. Mais uma vez, a terra enquanto um meio de produção fundamental à existência do homem, torna-se cativa dos interesses de uma pequena parcela de indivíduos.

opõe a cidade ao campo. Uma espécie de "guerra civil surda" faz emergir situações onde "a cidade é um teatro e cada lote urbano uma poltrona; quem chega por último ocupa os piores lugares e o que define a ordem de chegada é a condição de classe"^{5/} e o campo, mais parece um deserto onde há pouco hviam homens trabalhando.

Muito complexo

Muitos são os conflitos que ocorrem em função da reestruturação do espaço, haja vista que estão em jogo valor de uso e valor de troca, respectivamente. Nos últimos quinze anos esses conflitos se intensificaram, de forma que, como resultado da forma do uso e da posse da terra que se estabeleceu, temos assistido às várias manifestações de expressão da violência entre aqueles que lutam para permanecerem na terra e dela tirar o seu sustento e sua moradia e aqueles que dela se utilizam para dar-lhe outra feição, ligados a outros interesses.

Porém, a partir do resgate da História da Conceição e de como esse mesmo conflito vem à tona (pelo fato de hoje estarem em jogo não só a posse das terras, mas a função que lhe foi dada, os valores culturais e as visões de mundo incorporadas num mesmo espaço), nossas inquietações propõe-nos uma revisão nos conceitos, pois estes unilateralizam a realidade, contribuindo para que esta seja analisada mecanicamente, apenas sob a visão do "oprimido" ou, do "demiurgo" que a tudo e a todos capitaliza.

A História da Conceição não é mais uma história da

violência contra o homem do campo, pois ela teve e tem as suas nuances e sua própria dinâmica. Porém, não trata-se apenas de uma violência singular contra cento e vinte e cinco famílias de Lagoa Seca. Ela encontra-se encravada na garganta e no futuro dos filhos da primeira geração dos posseiros da Conceição, que ouvem falar de sua História pela boca dos mais velhos e pela memória do poeta, que não esconde seu descontentamento e descarrega sua fúria poética como um ato de solidariedade, dizendo que:

"A terra que foi negada,
Ela que veio do nada,
E feita em um segundo,
Ninguém se engane em saber
Que um dia ela vai encher
A boca de todo mundo".

(Sangue, Suor e Lágrimas. Walter O. Sobrinho).

NOTAS

- 1/ Essas outras faixas agrárias a que nos referimos, corresponde no Quadro 1 a faixa de 10 a 100 e 100 a 1.000 hectares.
- 2/ Existem ainda outras 126 unidades produtivas classificadas como "latifúndio por exploração" e 07 sob o registro de "não classificadas", o que totaliza 1.898 unidades. Vide quadro das unidades de produção agrícola.
- 3/ Schimidt, Viero. op. cit. pp. 14.
- 4/ Moraes, Antonio C.R.; Costa, Wanderley, M. da. Geografia Crítica, a Valorização do Espaço. São Paulo, Editora Hucitec, 1984, pp. 173.
- 5/ Moraes, Antonio C.R. op. cit. pp. 180.

Quadro 1 - Quadro Demonstrativo da Estrutura Fundiária do Município de Lagoa Seca nos Anos de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Anos	Total de Estabelecimentos	Nº Total de Hectares	Menos de 10 ha				10 a 100 ha				100 a 1.000 ha			
			Est.	%	ha	%	Est.	%	ha	%	Est.	%	ha	%
1970	3.776	11.519	3.641	90,5%	8.509	73,8%	132	3,4%	2.537	22,2%	03	0,07%	474	4,1%
1975	3.517	10.856	3.377	96,0%	7.256	66,8%	135	3,8%	2.624	24,3%	05	0,1%	975	8,9%
1980	2.542	9.547	2.402	94,5%	6.233	65,3%	135	5,3%	2.502	26,2%	05	0,2%	812	8,5%
1985	2.774	9.512	2.628	94,7%	6.207	65,2%	142	5,1%	2.584	27,1%	04	0,1%	720	7,5%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Quadro 2 - Demonstrativo das Unidades de Produção Agrícola - Segundo seu Perfil Econômico do Município de Lagoa Seca - Paraíba*.

Ano: 1989

Nº Total de Propriedades: 1.905

Tamanho/Áreas	Classificação das Unidades Produtivas/Quantidade						T o t a l
	Minifúndio	%	Empresa Rural	%	Lat. Por Explor.	%	
0 - 5 ha	1.358	71,5	-	-	-	-	1.358
5 - 10 ha	332	17,5	-	-	-	-	332
10 - 15 ha	39	2,0	10	0,52	32	1,7	81
15 - 20 ha	01	-	13	0,68	37	1,9	51
20 - 50 ha	-	-	16	0,85	40	2,1	66
50 - 100 ha	-	-	01	-	11	0,6	12
+ 100 ha	-	-	02	-	06	0,3	08
T o t a l	1.730	90.5%	42	2.05%	126	6.6%	1.898

Fonte: INCRA - Prefeitura Municipal de Lagoa Seca - Relação do ITR, 1990.

Observação: Constatam sete propriedades sob o registro de "Não Classificadas" cujas áreas são respectivamente de 100,7 ha, 32,0 ha, 30,4 ha, 100 ha, 125 ha, 30 ha e 110 ha.

* Dados Pesquisados por Freitas, G. J., 1990.

Quadro 3 - Demonstrativo do Número de Proprietários de Terras do Município de Lagoa Seca - Paraíba que Residem no Município, Segundo a Classificação do Imóvel. *
Ano: 1989*.

Classificação da Propriedade	Propriedades Existentes	Nº de Proprietários não Residentes no Município	Percentual Relativo ao Número Total de Proprietários
Minifúndio	1.730	316	18,2%
Empresa Rural	42	23	34,7%
Latifúndio por Exploração	126	52	41,2%
T o t a l	1.898	391	20,6%

Fonte: ITR - INCRA - Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, 1990.

* Dados Pesquisados por Freitas, G. J., 1990.

Quadro 4 - Quadro Demonstrativo das Áreas Agrícolas Incorporadas ao Projeto Imobiliário de Urbanização "Cidade Juracy Palhano" - Lagoa Seca - Paraíba.

Anos	Projeto	Discriminação das Áreas				
		Área Loteada (ha)	Área das Quadras (ha)	Área Verde, de Vias e Canteiros (ha)	Lotes Unid.	Área Destinada à Prefeitura (ha)
1981	1. Cidade Juracy Palhano I ¹	33.4 ha	17.7 ha	15.6 ha	354	-
1981	2. Cidade Juracy Palhano II	23.4 ha	12.8 ha	10.3 ha	247	1.8 ha
1981	3. Cidade Juracy Palhano III	29.5 ha	22.1 ha	7.4 ha	578	-
1977	4. Estação de Outono Monserrante ²	100 ha	65 ha	35 ha	374	-
Total		183.3 ha	117.6 ha	68.3 ha	1.553	1.8 ha

Fonte: Prefeitura Municipal de Lagoa Seca - Setor de Cadastramento de Imóveis Urbanos - 1990.

1. Destinado a unidades residenciais uni-familiar obrigatório com área mínima de construção de 120.00 m².

2. Destinado a unidades residenciais campestres uni-famílias obrigatório com área mínima de construção de 120.00 m².

Observação: O Projeto Estação de Outono Monserrante chama-se hoje Cidade Juracy Palhano e possui ainda 17 hectares para o Monserrante Camping Club e uma área reservada de 03 ha.

. Existem ainda áreas destinadas para bosques e unidades comerciais.

Quadro 5 - Quadro das Áreas Rurais Transformadas em Lotes Urbanos no Município de Lagoa Seca - 1977/1987.

Loteamento/Projeto	Área Total (ha)	Ano
1. Cidade Juracy Palhano I	33.4 ha	1981
2. Cidade Juracy Palhano II	23.4 ha	1981
3. Cidade Juracy Palhano III	29.5 ha	1981
4. Estação de Outono Monserrante	100.0 ha	1977
5. Lot. Nossa Senhora de Fátima	38.4 ha	1980
6. Lot. Donda Correia	4.5 ha	1987
7. Lot. São José II	3.3 ha	1982
8. Lot. Valentim	1.2 ha	1983
9. Lot. Anacleto	5.5 ha	1983
T o t a l	239.2 ha	

Fonte: Prefeitura Municipal de Lagoa Seca - Setor de Cadastramento de Imóveis Urbanos - 1990.

BIBLIOGRAFIA

1. Cadernos do Terceiro Mundo, Revista Mensal nº 102, 1987.
2. CAVALCANTI, Josefa Salete B. A Preservação do Campesinato na Área do Brejo Paraibano: A lógica interna de reprodução das pequenas unidades agrícolas e a intervenção dos Programas Governamentais de Desenvolvimento. In: Cadernos de Difusão de Tecnologia, V. I. nº 1, Janeiro/Abr. EMBRAPA, Brasília, 1984.
3. FREITAS, Geovani Jacó de. A Tecnologia Agropecuária Moderna e sua Influência na Unidade de Produção Campesina: Um estudo no Brejo Paraibano - Projeto de Pesquisa Campina Grande, Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, 1989 Mimeo.
4. ————. "O Estado só Ajuda a Quem... já tem alguma coisa". Campina Grande, 1987, mimeo.
5. MARCOS, Antonio C.R.; COSTA, Wanderley M. da. A Valorização do Espaço. São Paulo, Editora Hucitec, 1984.
6. RODRIGUEZ, Janete Lins. Acumulação de Capital e Produção de Espaço: O Caso da Grande João Pessoa, João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1990.

7. SCHIMIDT, Benício Viero. O Estado e a Política Urbana no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, L & PM, 1983.
8. SILVA, Iranise Alves da. A Política Habitacional para as Classes de Baixa Renda de Campina Grande - Paraíba. Campina Grande, UFPB, Mestrado em Economia, 1986, Mimeo.
9. SOBRINHO, Walter Oliveira. Sangue, Suor e Lágrimas. Lagoa Seca, 1990. Mimeo.
10. THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.

OUTRAS FONTES

1. IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.
2. IBGE - Coleção de Monografias Municipais - Lagoa Seca. Nova Série, nº 243, Rio de Janeiro, 1984.
3. PERFIL do Município. Prefeitura Municipal de Campina Grande, Coordenadoria de Planejamento. Campina Grande, 1984.
4. Relatórios do Pólo de Renovação Sindical do Agreste da Borborema - Oposição Sindical de Lagoa Seca - Campina Grande, 1990, mimeo.
5. Sinopse de Dados Sócio-Econômicos do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Junho de 1989.
6. Tese do Congresso de Formação da CUT Regional de Campina Grande, 1990, Mimeo.
7. Transcrição das Entrevistas realizadas com o Corretor Imobiliário, o Posseiro da Propriedade da Conceição e com um membro da Oposição Sindical Rural de Lagoa Seca.